

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: REDES POLÍTICAS E NOVA GOVERNANÇA A PRODUZIR UM CURRÍCULO NEOLIBERAL

MATEUS ARGUELHO DA CUNHA¹; SIMONE GONÇALVES DA SILVA²; ÁLVARO MOREIRA HYPOLITO³

¹Universidade Federal de Pelotas – mateusarguelho@gmail.com

²Universidade do Oeste de Santa Catarina – silva.simonegon@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – alvaro.hypolito@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A forma de produzir políticas públicas e a forma de teorizar sobre isso tem mudado. Se antes havia um Estado hierárquico, o que se pode ver agora é que o Estado tem se articulado com grandes corporações e empresas, como forma de produzir política. Sobre isso, SCHNEIDER (2005, p. 09) argumenta que

a problematização e o processamento político de um problema social (...) não é mais um assunto exclusivo de uma hierarquia governamental e administrativa integrada, senão que se encontra em redes, nas quais estão envolvidas organizações tanto públicas quanto privadas.

Este trabalho se propõe a investigar como têm se constituído as redes políticas e as novas formas de governança, no contexto das políticas de implementação da Base Nacional Comum Curricular, e como esse modo de governança vem se configurando na condução de políticas educacionais no Brasil. A fim de encaminhar tal investigação, utilizou-se como inspiração teórica o que BALL (2014) chama de “etnografia de rede”, que pode incluir mapeamentos com buscas em sites da internet, em redes sociais, análise documental, vídeos, entrevistas, dentre outras estratégias. O estudo de redes pode nos fornecer um local para se entender como esses novos atores - empresas privadas, organizações sociais e agentes de governo - se articulam com o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular, a fim de constituir um currículo neoliberal, conforme sustenta BALL (2010).

2. METODOLOGIA

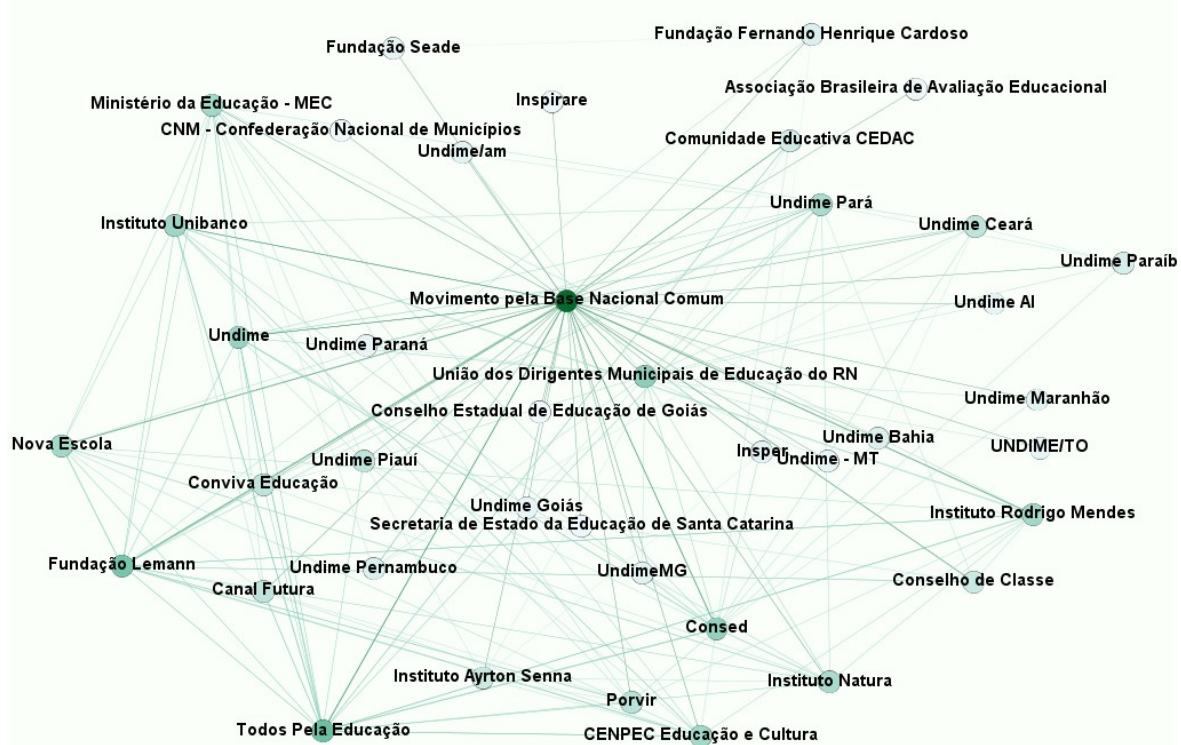
Metodologicamente se utiliza o que BALL (2014) chama de “etnografia de redes”, por meio da busca na rede social *Facebook*, a página de um ator que é precursor na condução da proposta por uma Base Nacional Comum, denominado ‘Movimento Pela Base Nacional Comum – MBNC’. Através da aplicação de software que há dentro do *Facebook*, chamado *Netvizz*, foi importada uma rede que evidencia diversos atores, tanto privados como alguns “sujeitos políticos públicos” (MACEDO, 2015): Consed, Undime, CNE. A partir desta rede, com os atores evidenciados, foi feita uma nova busca, em sites específicos de cada um dos atores. Com isso, evidenciou-se uma articulação ainda mais densa, com muitos mais atores envolvidos, inclusive atores internacionais.

Ao analisar essas redes vê-se relações de poder e ligações que podem indicar como elas se constituem. A rede é entendida como governança em rede, que se refere ao tratamento de políticas públicas, tidas como não solúveis; é um dispositivo usado para evidenciar mudanças nas formas de governança, nacional e globalmente. O tratamento às políticas educativas pode ser dado por soluções gerenciais e mercadológicas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme dito anteriormente, foi importada uma rede do Facebook para verificar que tipos de atores se articulam em torno de um precursor pela Base Nacional Comum, o Movimento Pela Base Nacional Comum – MPBNC:

Figura 1: Grafo importado do Facebook/Netvizz



Observe que, nesse grafo, há a atuação de instituições conhecidas no ramo educacional, em veículos e mídias digitais, tais como Todos Pela Educação e Revista Nova Escola. Nesse grafo, há 40 nós (que significam os atores) e 170 arestas (que representam a quantidade de relações que existem na rede).

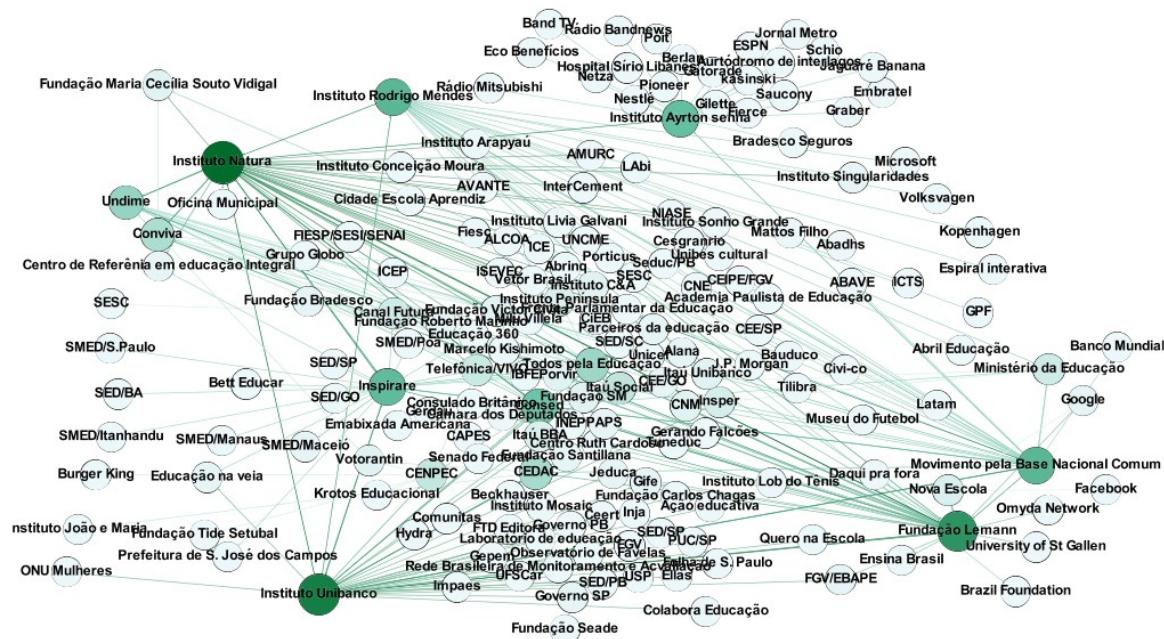
Contudo, foi feita uma nova busca, um mapeamento de cada site de cada um dos atores que estão na rede, a fim de confrontar as informações obtidas na Figura 1. Essa busca mostra uma nova quantidade de atores e uma nova quantidade de articulações entre eles, consequentemente. Esses atores se encontram como parceiros, apoiadores e financiadores.

Na Figura 2 (abaixo), temos então o surgimento de novos atores. Há atores brasileiros (fundações públicas e privadas, ONGs, *think tanks*); estrangeiros (*Brazil Foundation*, *Google*, *Omydar Network*); públicos (MEC, CNE, Undime). Estes sujeitos têm-se articulado de diferentes formas para a implementação da BNCC no país. As buscas feitas em cada site evidenciam notícias de suas atuações na temática: produção de revistas e materiais para os professores e gestores com “dicas” de como implementar a Base Nacional Comum Curricular, fóruns de discussão, eventos de formação, os dias “D” para estudos da BNCC (sua discussão, no que ficar atento, etc.), matérias com planos de aula para que os professores façam suas aulas de acordo com o que é preconizado pela BNCC, cartilhas, entre outras.

Esses aparecimentos de instituições indicam, conforme sustentam AVELAR & BALL (2019) que os “sistemas de implementação que costumavam ser

executados principalmente pelo estado estão cada vez mais dispersos em redes complexas de instituições e agências não-governamentais”.

Figura 2: Grafo obtido através de buscas nos sites do grafo da Figura 1



A partir das buscas, nota-se que está em construção o que Ball (2010) chama de “currículo neoliberal”, que ocorre a partir de um tripé: (1) currículo como reforma do setor público – isto é, o setor público “aprendendo” com o privado; (2) o neoliberalismo no currículo – onde o currículo versa pela formação e constituição de sujeitos neoliberais, tanto estudantes como docentes; (3) o currículo como oportunidade de lucro, o currículo como fonte de novo mercado para o capital.

4. CONCLUSÕES

Por meio do uso da etnografia de rede, pôde-se encontrar atores privados articulados com o setor governamental e não-governamental, a fim de se elaborar um currículo nacional comum, a BNCC. Tal articulação entre o Estado e esses setores é um fenômeno que não se dá de forma isolada, mas é algo que tem ocorrido no mundo todo, como forma de se resolver os problemas sociais ditos insolúveis. Nesse caso, a problemática se deu em torno das articulações para produção e implementação de uma política social educacional, na forma de currículo padronizado, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Nota-se que a Base Nacional Comum Curricular não está sendo construída pelos sujeitos públicos, os/as professores/as, que estão no chão da escola e são os principais atores para a consolidação de um currículo; e sim por empresas privadas, em moldes de parcerias com os governos. Essa articulação entre o Estado e esses atores, evidenciam um processo de heterarquização do Estado, não sendo ele mais o responsável principal na articulação de políticas.

O processo de implementação da BNCC mostra a constituição de um currículo neoliberal, uma vez que ela visa a construir sujeitos pró-mercado,

neoliberais, sujeitos que não são apenas os estudantes, mas também os professores e os gestores de escolas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, M; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**. Amsterdam, vol 64, n 1, p 65-73, 2019.

BALL, S. J. **Educação Global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BALL, S. J. Vozes/redes políticas e um currículo neoliberal global. **Espaço do currículo**. Paraíba, vol 3, n 1, p 485-498, 2010.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. **E-curriculum**. São Paulo, vol 12, n 03, p 1530-1555, 2014

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre v. 5. n. 1, p 29-58, 2005.